



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Igarapé-Açu



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Igarapé-Açu (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2023, Igarapé-Açu apresentou variações expressivas na taxa de pobreza. Em 2019, o índice era de 52,6%, caindo levemente para 51,1% em 2020 e permanecendo estável em 2021. Em 2022, ocorreu um pico acentuado, atingindo 74,2%, provavelmente relacionado a impactos da pandemia e recessão econômica. No entanto, em 2023 houve uma queda significativa, retornando para 51,0%, praticamente o mesmo patamar de 2019. A Região de Integração do Guamá seguiu padrão semelhante, saindo de 45,0% em 2019 e chegando a 62,3% em 2022, com recuo pa-

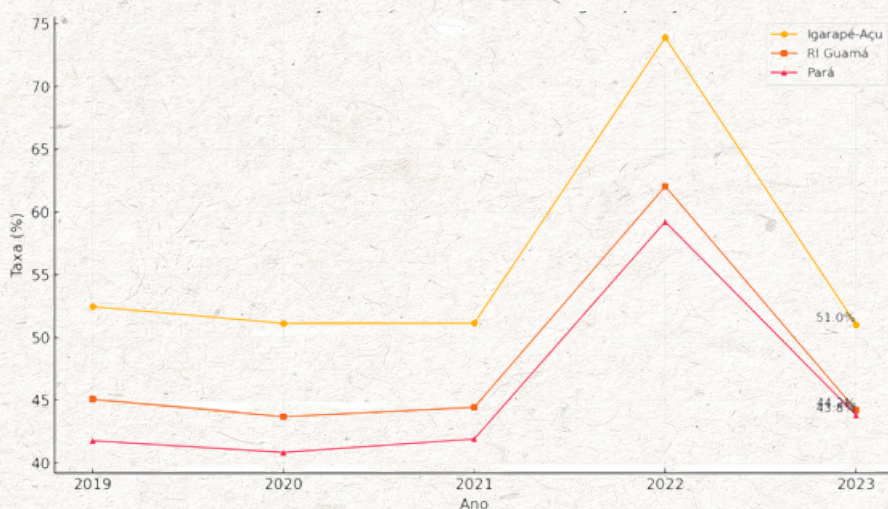
ra 43,8% em 2023. O estado do Pará também apresentou elevação até 2022 (58,9%) e posterior redução, encerrando 2023 com 43,6% (Gráfico 1).

Esse comportamento indica uma tendência temporária de agravamento da pobreza em 2022, provavelmente causada por efeitos sociais da pandemia de COVID-19 e da inflação. O retorno aos níveis anteriores em 2023 pode refletir políticas públicas de transferência de renda e reativação econômica. Ainda assim, o município de Igarapé-Açu manteve taxas mais altas que os demais recortes geográficos ao longo de todo o período.



do. Essa persistência de maior vulnerabilidade social local revela a necessidade de ações estruturantes voltadas à geração de renda e combate à pobreza em nível municipal (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

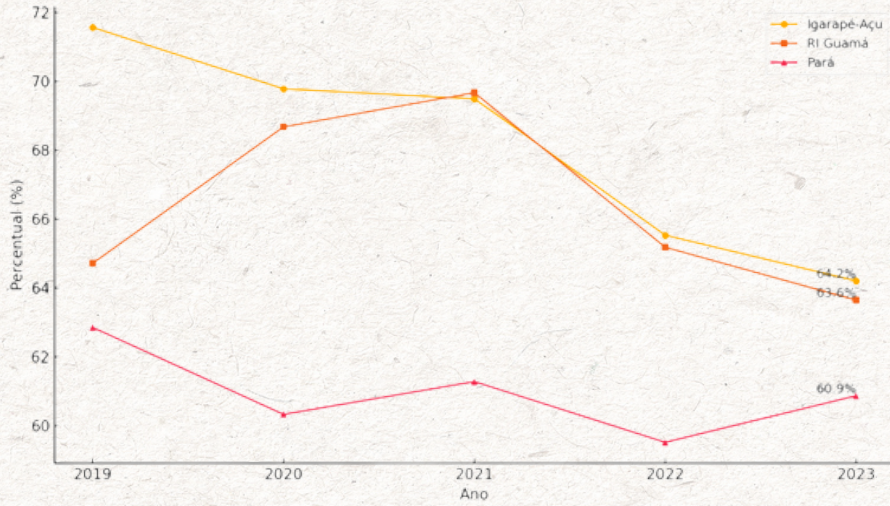
Despesas Públicas com Serviços essenciais

No município de Igarapé-Açu, o percentual de despesas públicas destinadas a serviços essenciais caiu de 71,7% em 2019 para 64,2% em 2023. A redução foi gradual, exceto por relativa estabilidade entre 2020 (69,8%) e 2021 (69,6%). A RI do Guamá também apresentou recuo, saindo de 64,7% em 2019 para 63,6% em 2023, após atingir pico de 69,7% em 2021. No estado do Pará, os valores oscilaram em patamar inferior: iniciando com 62,8% em 2019, recuando para 59,4% em 2022 e encerrando com leve recuperação em 2023, em 60,9% (Gráfico 2).

Essa retração progressiva no investimento em serviços essenciais, sobretudo em Igarapé-Açu, pode ter impactos negativos diretos sobre as condições de vida da população, especialmente em momentos de aumento da pobreza como visto em 2022. A manutenção de patamares mais elevados em comparação ao estado indica algum grau de prioridade local, mas o recuo recente reforça a importância de reverter essa tendência para garantir o provimento adequado de saúde, educação, assistência social e saneamento básico (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

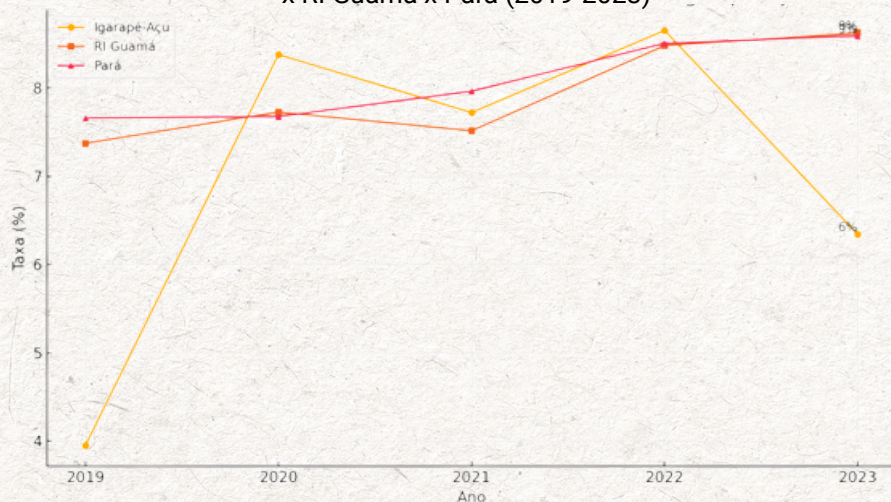
A prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Igarapé-Açu apresentou grande oscilação no período. Em 2019, o indicador era de apenas 3,9%, mas disparou para 8,3% em 2020 e continuou elevado até atingir 8,7% em 2022. Em 2023, houve uma queda significativa para 6,0%. Na RI do Guamá, os valores oscilaram de 7,4% (2019) a 8,6% (2023), enquanto no estado do Pará o crescimento foi mais moderado, partindo de 7,6% e encerrando o período em 8,8% (Gráfico 3).

Os dados mostram que, apesar da melhora recente em

Igarapé-Açu, os níveis de 2023 ainda estão acima dos observados em 2019. O aumento expressivo entre 2019 e 2022 pode estar associado à deterioração das condições de saúde materno-infantil e ao agravamento da insegurança alimentar. A queda em 2023 pode sinalizar o início de uma reversão, mas exige monitoramento e reforço das políticas públicas voltadas à atenção básica à saúde da gestante e do recém-nascido, especialmente em contextos com histórico de pobreza elevada (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

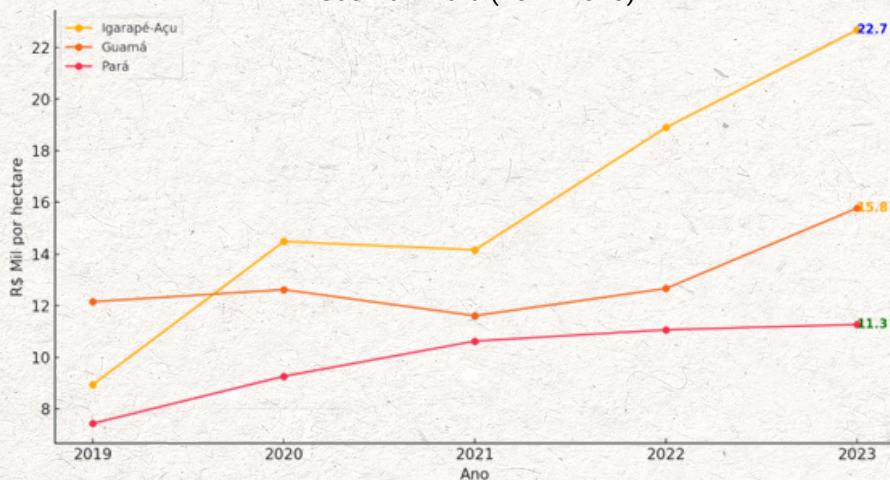
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Igarapé-Açu cresceu de forma expressiva entre 2019 e 2023, saltando de R\$ 8,9 mil/ha para R\$ 22,7 mil/ha. O maior avanço se deu entre 2021 e 2023, quando os valores subiram de R\$ 14,2 mil para R\$ 22,7 mil. A RI do Guamá também evoluiu positivamente, de R\$ 12,3 mil para R\$ 15,8 mil no mesmo período. O estado do Pará teve crescimento mais modesto, de R\$ 7,4 mil para R\$ 11,3 mil/ha (Gráfico 4).

Essa trajetória indica um desempenho agríco-

la altamente positivo para o município, que ultrapassou amplamente os patamares regionais e estaduais. Os resultados sugerem ganhos de eficiência, possível diversificação de culturas e valorização da produção local. Em contrapartida, a alta produtividade agrícola não necessariamente se refletiu em redução da pobreza até 2022, o que evidencia a importância de políticas que promovam maior inclusão socioeconômica da população no dinamismo do setor agrícola (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 22,7 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

As variações acentuadas em Igarapé-Açu indicam fragilidade na consistência dos serviços de saúde materno-infantil e na vigilância epidemiológica. Os picos em 2020 e 2022 coincidem com períodos críticos da pandemia, o que pode ter dificultado o acesso a cuidados pré-natais e neonatais. Apesar da melhora em 2023, o patamar permanece acima da média da RI e similar ao estadual. Isso aponta para a necessidade de ampliar o acesso e a qualidade da atenção básica e do acompanhamento de gestantes e recém-nascidos no município (Gráfico 5).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

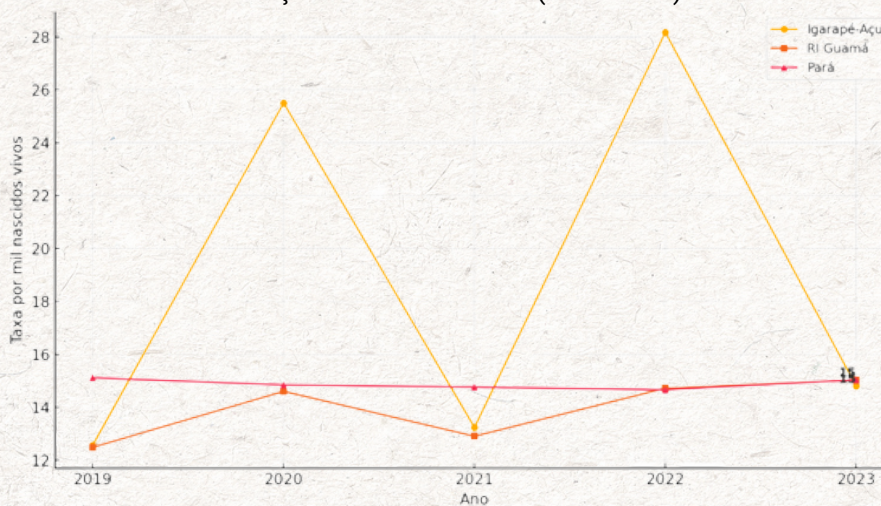
Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Igarapé-Açu registrou forte oscilação na taxa de mortalidade infantil no período analisado. Em 2019, o índice era de 12,7‰, subindo bruscamente para 25,5‰ em 2020. Em 2021, houve queda para 13,1‰, seguida de novo pico em 2022, com 28,2‰, e recuo para 15,0‰ em 2023. A Região de Integração do Guamá apresentou variação mais suave, saindo de 12,4‰ em 2019 para 14,8‰ em 2023. O estado do Pará manteve estabilidade, entre 15,1‰ (2019) e 15,0‰ (2023) (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

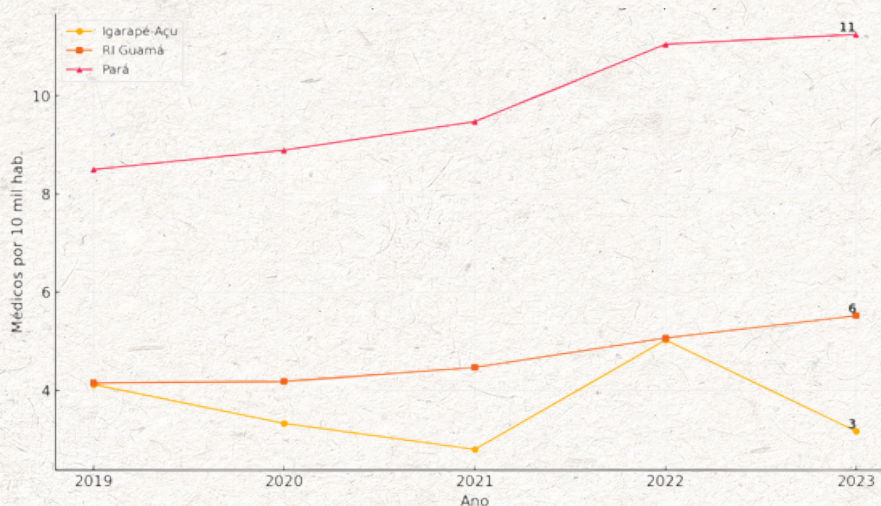
Em Igarapé-Açu, o número de médicos por 10 mil habitantes variou negativamente no período. Em 2019, o índice era de 4,1, caindo para 3,3 em 2020 e atingindo o ponto mais baixo em 2021, com 2,7. Em 2022 houve recuperação para 5,0, mas o valor voltou a cair em 2023, chegando a 3,0. A RI do Guamá apresentou crescimento contínuo, de 4,2 (2019) para 6,0 (2023). No Pará, o avanço foi ainda mais expressivo: de 8,5 para 11,0 médicos por 10 mil habitantes no mesmo período (Gráfico 6).

A queda e posterior oscilação da densi-

dade médica em Igarapé-Açu contrastam com os ganhos registrados nos recortes regional e estadual. Isso pode indicar dificuldades locais em atrair e fixar profissionais de saúde, especialmente em áreas remotas ou com infraestrutura limitada. Essa limitação é preocupante quando se considera a alta variação da mortalidade infantil observada no mesmo município, evidenciando a necessidade de estratégias mais eficazes para garantir cobertura médica estável e acessível (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Igarapé-Açu iniciou 2019 com 213,9 vagas por mil habitantes no ensino público, reduziu para 207,5 em 2020, e expandiu significativamente nos anos seguintes, chegando a 226,8 em 2022. No entanto, houve uma retração em 2023, fechando com 203,2 vagas. A RI do Guamá acompanhou essa trajetória geral: iniciou com 216,5 (2019), caiu para 208,7 (2020), atingiu 214,5 (2022), e caiu para 190,1 em 2023. O estado do Pará oscilou entre 210,8 e 198,0 no mesmo período (Gráfico 7).

Essa dinâmica mostra um

esforço de expansão no acesso à educação até 2022, seguido de queda generalizada em 2023, possivelmente relacionada a ajustes orçamentários ou variações demográficas. Igarapé-Açu se manteve acima das médias estadual e regional na maior parte do período, mas a redução recente sinaliza alerta quanto à capacidade de manter o nível de oferta. Monitorar o impacto dessa retração sobre o atendimento da demanda educacional é essencial para evitar exclusões (Gráfico 7).

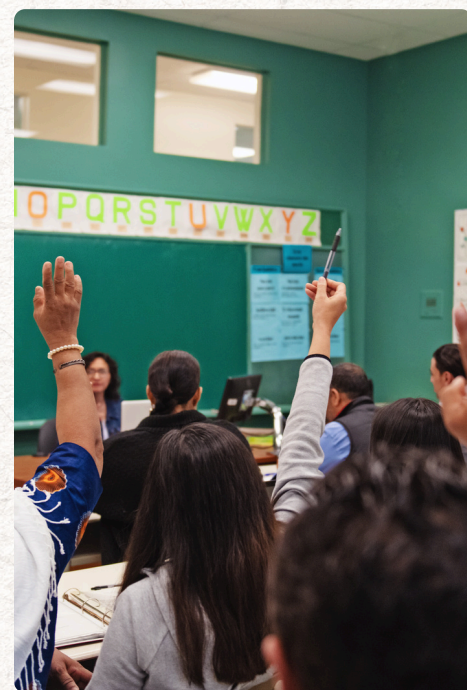
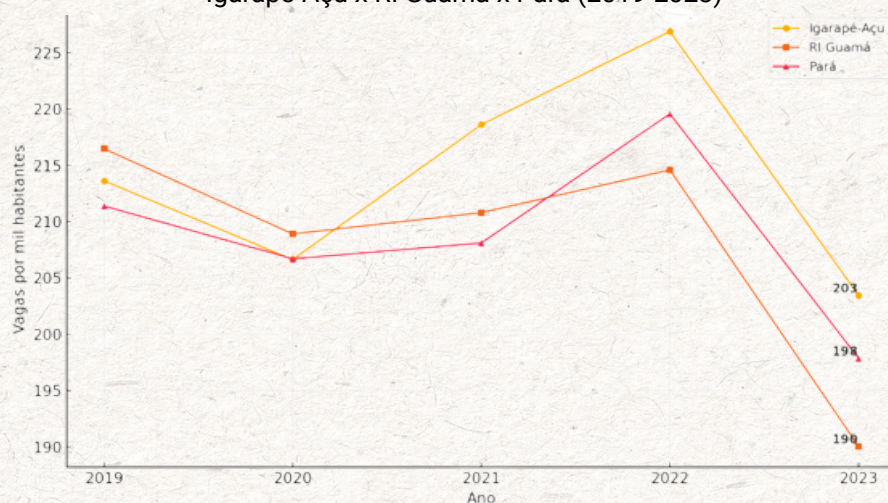


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 203 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

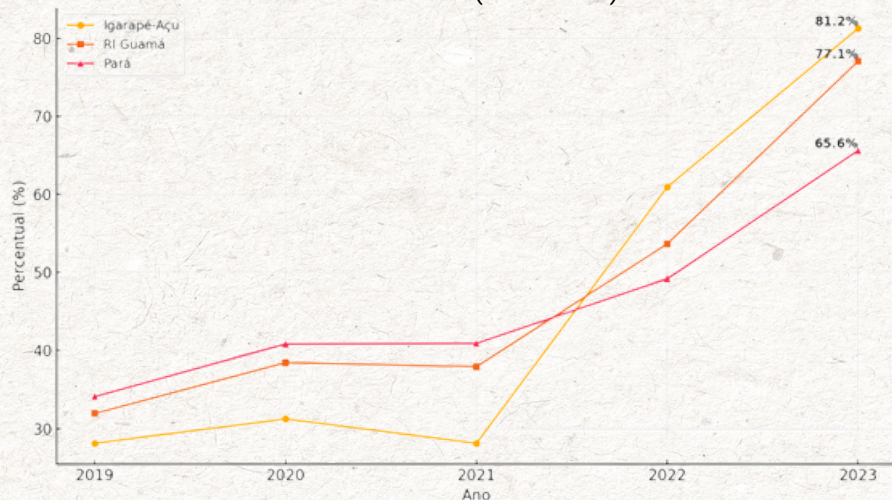
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O percentual de escolas com acesso à internet em Igarapé-Açu passou de 28,2% em 2019 para 81,2% em 2023, representando um avanço notável de mais de 50 pontos percentuais. A RI do Guamá também evoluiu, de 32,0% para 77,1%. O estado do Pará, embora em crescimento, apresentou valores mais modestos: de 34,1% para 65,6%. A maior inflexão positiva ocorreu entre 2021 e 2022, com Igarapé-Açu saltando de 28,3% para 60,8% (Gráfico 8).

Esse avanço expressivo evidencia investimentos em infraestrutura digital nas

escolas, potencializados possivelmente por políticas de inclusão tecnológica durante e após o período pandêmico. O crescimento da conectividade escolar é um fator decisivo para a melhoria da qualidade do ensino, especialmente em contextos de ensino híbrido ou remoto. A liderança de Igarapé-Açu em relação ao estado e à RI em 2023 é positiva, e a manutenção desse progresso deve ser consolidada com investimentos em capacitação e equipamentos educacionais (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 81,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

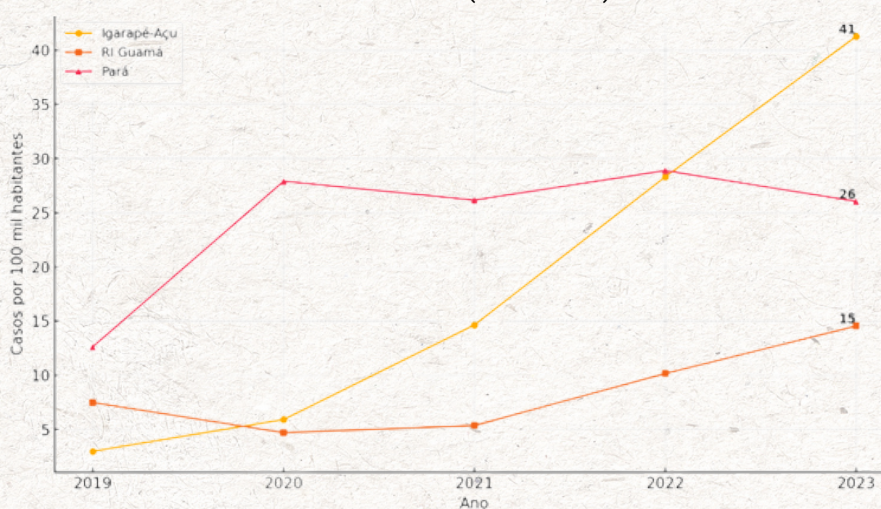
Violência Contra a Mulher por Parceiros



Em Igarapé-Açu, os casos de violência contra a mulher por parceiros cresceram fortemente ao longo do período. Em 2019, o município registrava 3,0 casos por 100 mil habitantes, número que aumentou progressivamente para 6,0 (2020), 14,8 (2021), 28,5 (2022) e, finalmente, 41,0 em 2023. A Região de Integração do Guamá iniciou com 7,7 em 2019 e finalizou com 14,9 em 2023, apresentando crescimento mais moderado. No estado do Pará, os valores oscilaram entre 12,9 (2019) e 26,1 (2023), também com alta, mas em menor intensidade que o município (Gráfico 9).

Esse crescimento acelerado em Igarapé-Açu pode indicar maior incidência de violência, mas também pode refletir o aumento das denúncias e da visibilidade do tema. Ainda assim, a elevação muito acima da média regional e estadual exige atenção das autoridades locais. O crescimento contínuo por cinco anos seguidos reforça a necessidade de políticas de prevenção, apoio às vítimas e fortalecimento da rede de proteção, incluindo serviços de assistência, segurança pública e campanhas educativas (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

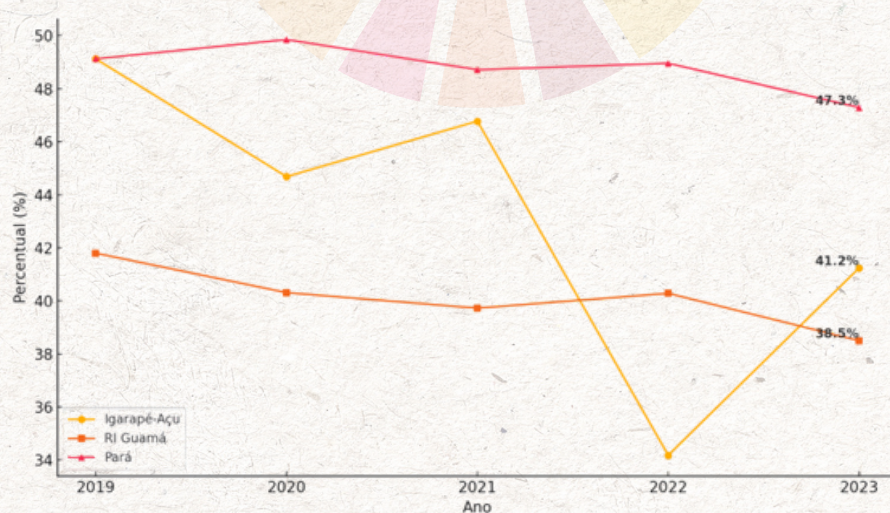
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O percentual de mulheres em cargos gerenciais em Igarapé-Açu variou de 49,0% em 2019 para 41,2% em 2023. Houve queda acentuada em 2022, quando o indicador atingiu o ponto mais baixo da série (34,1%), mas em 2023 houve recuperação significativa. A RI do Guamá apresentou tendência de queda contínua e mais suave, indo de 41,8% (2019) para 38,5% (2023). O estado do Pará manteve maior estabilidade, com valores sempre próximos a 49%, encerrando 2023 em 47,3% (Gráfico 10).



A redução da participação feminina em cargos gerenciais em Igarapé-Açu durante boa parte do período pode ser reflexo de desequilíbrios estruturais no mercado de trabalho local ou retrocessos nas políticas de equidade de gênero. A recuperação em 2023 é positiva, mas ainda aquém do patamar inicial e da média estadual. Isso aponta para a necessidade de incentivar lideranças femininas, promover equidade salarial e fortalecer políticas de inclusão e valorização da mulher no setor público e privado (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

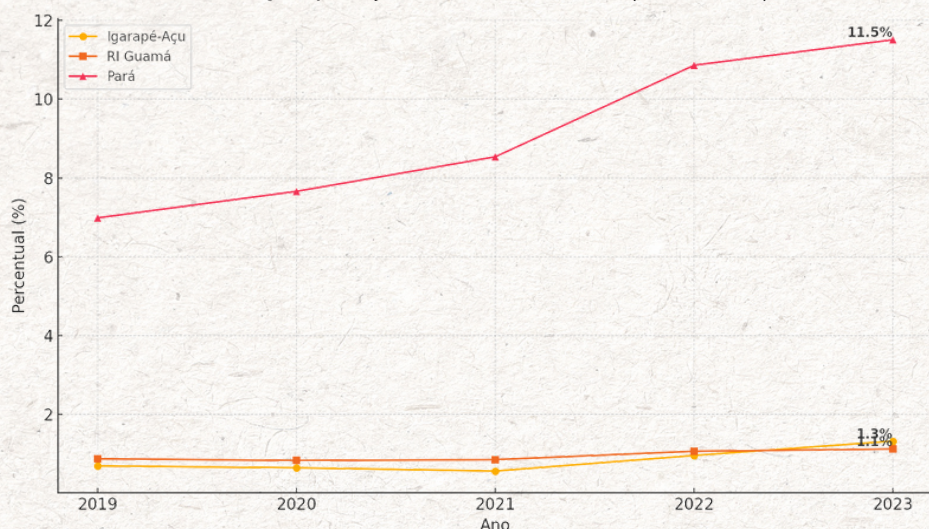
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O acesso à coleta de esgoto pela população de baixa renda em Igarapé-Açu permaneceu extremamente baixos no período analisado. Em 2019, apenas 0,8% da população de baixa renda tinha acesso à coleta, índice que caiu para 0,6% em 2021 e só subiu novamente a partir de 2022, chegando a 1,3% em 2023. A RI do Guamá seguiu padrão semelhante, encerrando 2023 com 1,1%. No estado do Pará, o percentual foi consideravelmente maior e em crescimento: de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023al (Gráfico 11).

Apesar de uma leve melhoria recente, os dados revelam um enorme déficit estrutural de saneamento básico para a população mais vulnerável em Igarapé-Açu. A situação é crítica e demanda intervenção imediata, visto que o acesso à coleta de esgoto é fundamental para a saúde pública e qualidade de vida. A discrepância entre o município e o estado como um todo evidencia desigualdades territoriais significativas que precisam ser enfrentadas com planejamento e investimentos direcionados (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

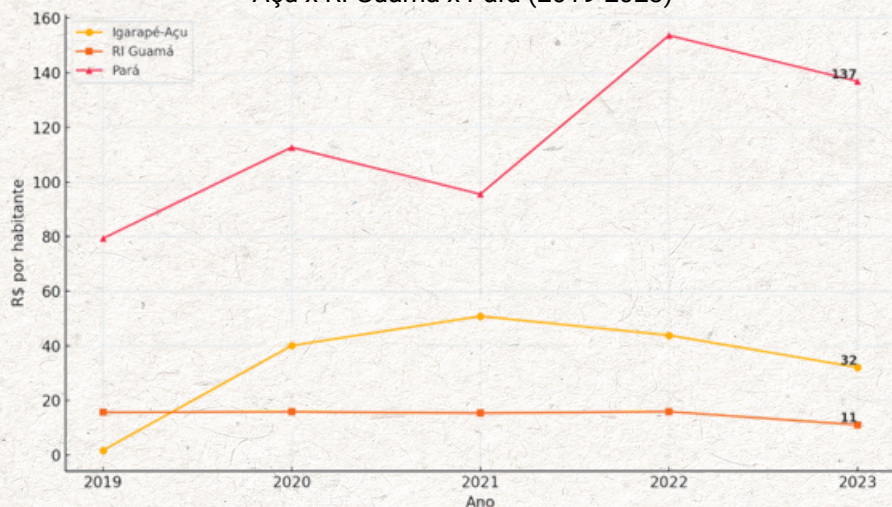
Os gastos per capita de Igarapé-Açu com saneamento básico variaram significativamente. Em 2019, eram praticamente nulos (R\$ 0,4), subindo para R\$ 40,0 em 2020, R\$ 51,0 em 2021 e caindo para R\$ 32,0 em 2023. A RI do Guamá manteve gastos estáveis entre R\$ 15,0 e R\$ 17,0 de 2019 a 2022, mas recuou para R\$ 11,0 em 2023. Já o estado do Pará apresentou valores muito superiores: de R\$ 80,0 em 2019 para R\$ 137,0 em 2023, com picos de R\$ 114,0 (2020) e R\$ 154,0 (2022) (Gráfico 12).

A evolução dos gastos em

Igarapé-Açu mostra um esforço pontual de elevação entre 2020 e 2021, mas os valores continuam baixos e não acompanharam o ritmo de crescimento estadual. Essa limitação pode estar relacionada à frágil infraestrutura fiscal do município ou à baixa prioridade atribuída ao setor. O fato de o aumento no gasto não ter se refletido em melhorias significativas na cobertura de esgoto evidencia a importância de revisar a alocação dos recursos e fortalecer a gestão e execução dos serviços de saneamento (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 32/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

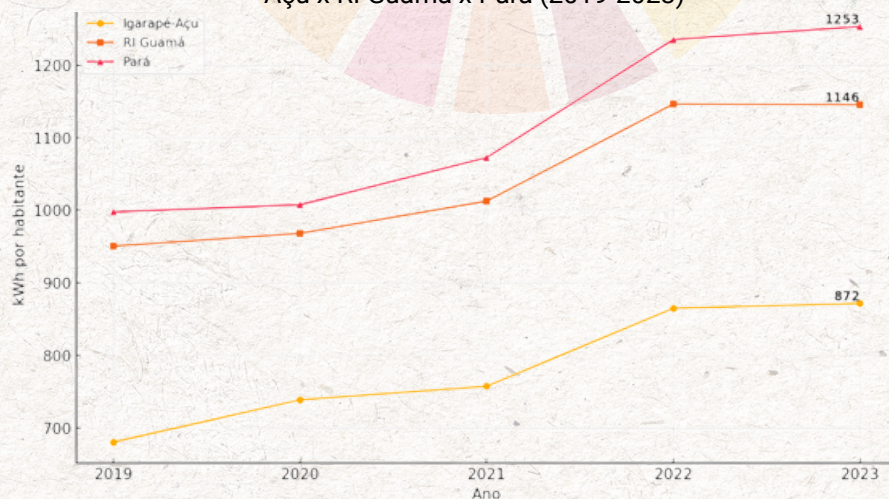


Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Em Igarapé-Açu, o consumo de energia elétrica por habitante cresceu de 681 kWh em 2019 para 872 kWh em 2023. Esse crescimento foi progressivo, com saltos mais acentuados entre 2020 (741 kWh) e 2022 (867 kWh), estabilizando-se em 2023. A RI do Guamá manteve valores superiores no período, partindo de 949 kWh em 2019 e alcançando 1.146 kWh em 2023. Já o estado do Pará apresentou o maior consumo entre os três recortes, iniciando com 997 kWh e chegando a 1.253 kWh em 2023 (Gráfico 13).

Apesar da evolução positiva, Igarapé-Açu ainda registra consumo significativamente inferior às médias regional e estadual, o que pode refletir menor urbanização, menor poder aquisitivo ou deficiências na infraestrutura energética. O avanço observado é relevante, mas aponta para a necessidade de continuidade nos investimentos em acesso e qualidade da energia elétrica. O consumo energético está diretamente relacionado à melhoria das condições de vida e à expansão das atividades produtivas (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 872 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

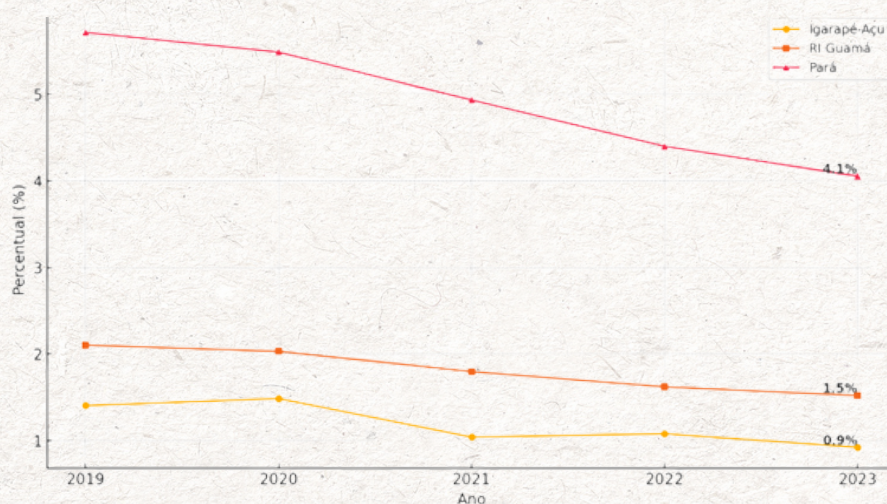
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil em Igarapé-Açu caiu de 1,4% em 2019 para 0,9% em 2023. Houve uma leve alta entre 2019 (1,4%) e 2020 (1,5%), seguida de queda para 1,0% em 2021 e estabilidade até 2023. A RI do Guamá começou com 2,1% em 2019 e encerrou com 1,5%, enquanto o estado do Pará reduziu de 5,7% para 4,1% no mesmo intervalo (Gráfico 14).

Esse comportamento revela avanços importantes na eletrificação de áreas vulneráveis, especialmente em Igarapé-Açu, que já apresenta percentual inferior à média regional e estadual. A manutenção dessa tendência descendente é essencial para garantir maior equidade no acesso a serviços básicos. A iluminação adequada tem impacto direto sobre a segurança, o desempenho escolar e a qualidade de vida das famílias de baixa renda (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

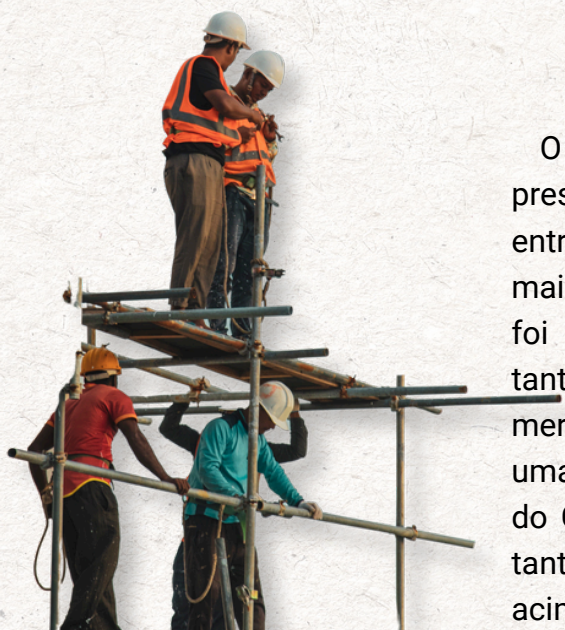
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

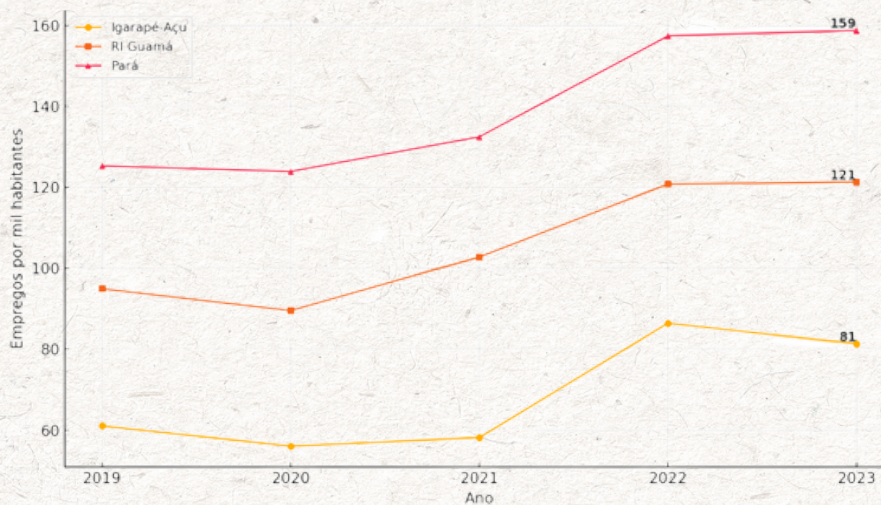


Empregos Formais por Mil Habitantes

O município de Igarapé-Açu apresentou crescimento expressivo no número de empregos formais por mil habitantes entre 2019 e 2022, partindo de 61 para 86 empregos formais, seguido de leve recuo para 81 em 2023. O menor valor foi registrado em 2020, com 56 empregos por mil habitantes, refletindo os impactos da pandemia sobre o mercado formal de trabalho. A partir de 2021, observa-se uma retomada gradual, com alta significativa até 2022. A RI do Guamá evoluiu de 95 para 121 empregos por mil habitantes no mesmo período, mantendo-se consistentemente acima do município. Já o estado do Pará passou de 126 para 159 empregos por mil habitantes (Gráfico 15).

Essa tendência revela que, apesar de Igarapé-Açu estar abaixo das médias regional e estadual, houve melhora relativa na formalização do trabalho. O salto de 2021 para 2022 indica reativação econômica local, possivelmente impulsionada por setores como serviços e agropecuária. A queda em 2023 pode sinalizar ajustes no mercado ou limitações na sustentabilidade do crescimento anterior. O dado reforça a importância de políticas locais de incentivo à formalização, qualificação profissional e diversificação da base produtiva (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 81 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita de Igarapé-Açu variou de forma positiva entre 2018 e 2022, saindo de R\$ 9.115 para R\$ 12.132, o que representa um crescimento de 33,1% ao longo do período. Após uma leve retração em 2019 (R\$ 8.855), o indicador voltou a crescer em 2020 (R\$ 9.716) e acelerou nos anos seguintes: R\$ 10.591 em 2021 e R\$ 12.132 em 2022. A Região de Integração do Guamá apresentou patamar superior em todo o período, partindo de R\$ 12.708 em 2018 para R\$ 16.258 em 2022, com crescimento de 27,9%. Já o estado do Pará teve o maior avanço:



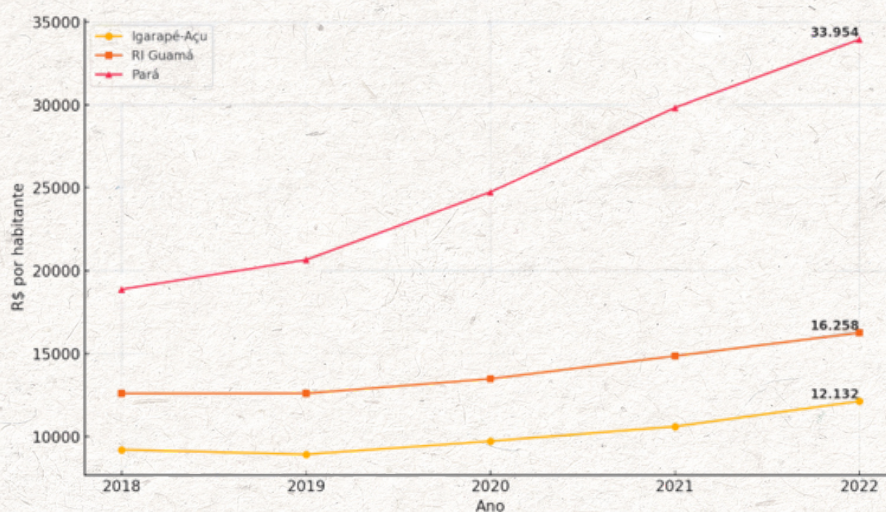
de R\$ 18.984 para R\$ 33.954, um aumento de aproximadamente 78,8% no período (Gráfico 16).

Esse resultado mostra que, embora Igarapé-Açu tenha apresentado crescimento cons

tante, seu desempenho ainda é inferior ao das demais esferas territoriais. A diferença entre o PIB per capita do município e do estado, que era de cerca de R\$ 9,8 mil em 2018, subiu para mais de R\$ 21,8 mil em 2022. Esse distanciamento crescente pode ser reflexo de uma economia local pouco industrializada e com baixo dinamismo em setores de alto valor agregado. Por outro lado, a trajetória de crescimento aponta que há espaço para avanço, desde que haja investimentos em infraestrutura, diversificação econômica e educação técnica (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12.132/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

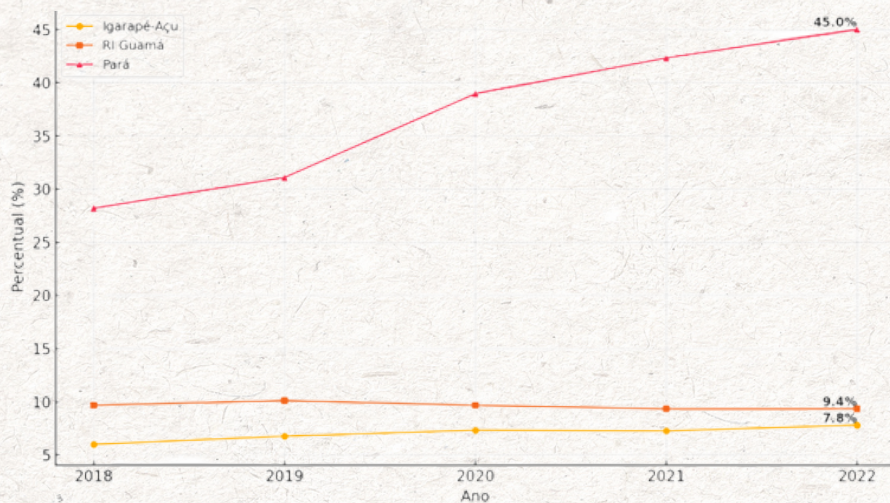


Em Igarapé-Açu, o valor adicionado da indústria em relação ao PIB mostrou crescimento modesto, iniciando em 6,1% em 2018 e encerrando 2022 em 7,8%. O indicador teve um leve avanço para 6,7% em 2019 e para 7,3% em 2020, demonstrando certo dinamismo industrial. Após uma discreta queda para 7,1% em 2021, houve recuperação no ano seguinte. A RI do Guamá manteve-se mais estável, oscilando entre 9,7% (2019) e 9,4% (2022), o que indica que a atividade industrial regional tem peso relativamente constante. O destaque ficou com o estado do Pará, que apresentou crescimento contínuo e expressivo: de 28,3% em 2018 para 45,0% em 2022 um salto de quase 17 pontos percentuais em cinco anos (Gráfico 17).

O contraste entre o crescimento industrial do estado e o comportamento mais estável de Igarapé-Açu revela uma concentração da indústria em áreas específicas do Pará. Enquanto o estado se industrializa a ritmo acelerado, o município mantém uma economia mais dependente de setores tradicionais como agropecuária e serviços. O aumento do peso industrial em Igarapé-Açu é um indicativo promissor, mas o percentual ainda é baixo e requer estratégias locais de incentivo à industrialização. Investimentos em infraestrutura, logística, qualificação de mão de obra e atração de empresas podem ampliar o papel da indústria no PIB municipal. O fortalecimento da cadeia produtiva e integração com polos regionais podem contribuir para dinamizar a base econômica local e reduzir disparidades em relação ao estado (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Igarapé-Açu iniciou o período com 8,1 em 2019, mantendo-se estável em 2020 (8,3) e subindo para 9,4 em 2021. Em 2022, houve um salto expressivo para 16,3, mas o indicador recuou drasticamente para 8,0 em 2023. A RI do Guamá evoluiu de 7,5 (2019) para 11,0 (2023), mantendo trajetória

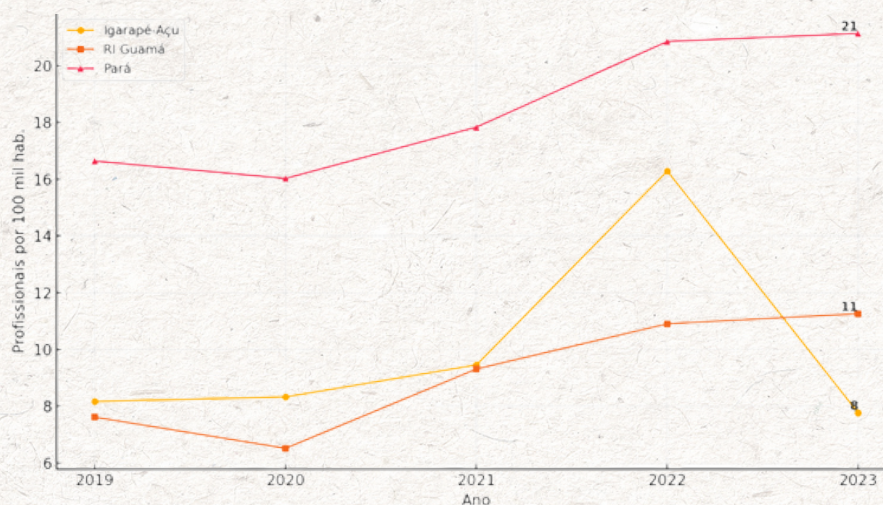


crescente. Já o estado do Pará teve os melhores resultados: de 16,6 para 21,0 profissionais por 100 mil habitantes no período (Gráfico 18).

Essa oscilação em Igarapé-Açu sugere um crescimento pontual

em 2022 que não se sustentou no ano seguinte, revelando instabilidade na fixação de profissionais dessa área no município. O desempenho inferior às médias regional e estadual ao longo de quase todo o período aponta para a necessidade de políticas locais de incentivo à ciência e tecnologia. A valorização de pesquisadores, bolsas de estudo e atração de centros acadêmicos pode ajudar a estruturar um ambiente mais favorável à permanência desses profissionais (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



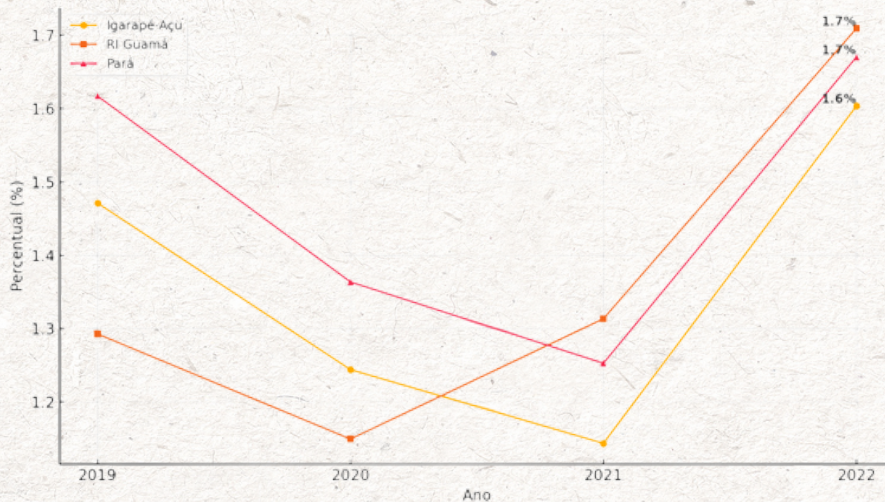
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Igarapé-Açu, a massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB caiu de 1,47% em 2019 para 1,24% em 2020, atingindo o menor valor em 2021 com 1,14%. Contudo, houve recuperação significativa em 2022, quando o indicador subiu para 1,60%. A RI do Guamá partiu de 1,29% em 2019, recuou para 1,15% em 2020, mas encerrou 2022 com 1,70%. O Pará seguiu comportamento semelhante, oscilando de 1,62% (2019) para 1,26% (2021) e retomando para 1,67% em 2022 (Gráfico 19).

Esses dados revelam o impacto da pandemia

sobre a remuneração formal, com queda generalizada até 2021 e posterior retomada. O desempenho de Igarapé-Açu em 2022 é animador, mas ainda abaixo da média regional e estadual, o que indica menor capacidade local de geração de renda formal proporcional ao seu PIB. A elevação da massa salarial depende de maior qualificação da força de trabalho, estímulo à formalização e crescimento de setores que gerem empregos de maior valor agregado (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

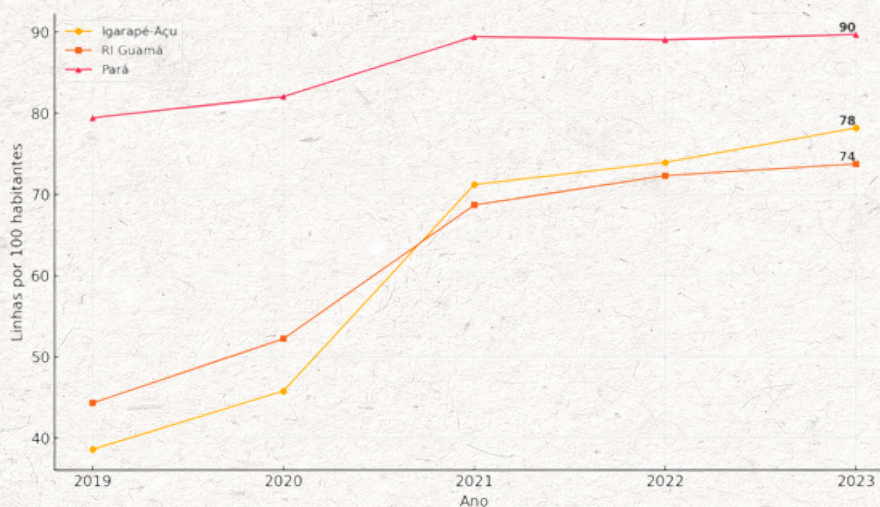
Acesso à Telefonia Móvel

O acesso à telefonia móvel em Igarapé-Açu apresentou crescimento significativo, saltando de 38 linhas por 100 habitantes em 2019 para 78 em 2023. Esse avanço foi contínuo: 46 em 2020, 71 em 2021, 74 em 2022 e finalmente 78 em 2023. A Região de Integração do Guamá teve desempenho semelhante, subindo de 44 em 2019 para 74 em 2023. Já o estado do Pará partiu de um patamar mais elevado, com 80 linhas em 2019 e chegando a 90 em 2023, mantendo-se sempre à frente dos demais recortes (Gráfico 20).

Esses dados demonstram um avanço expressivo da conectividade em Igarapé-Açu, que reduziu sua defasagem em relação à média estadual. A aproximação da linha regional e a convergência com o patamar do estado refletem investimentos em infraestrutura de telecomunicações e maior acesso da população a serviços digitais. No entanto, ainda há margem para expansão, sobretudo em áreas rurais. A consolidação desse avanço é essencial para inclusão digital, educação, empreendedorismo e acesso a serviços públicos online (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 78 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

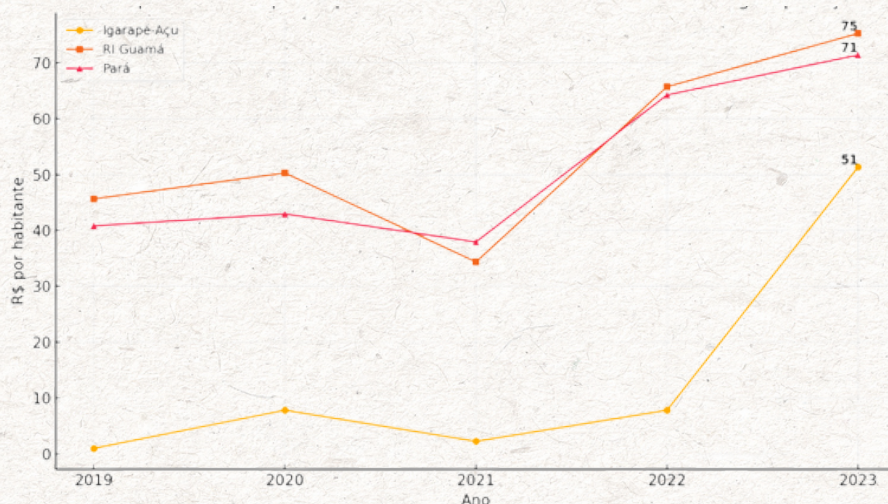
Igarapé-Açu teve uma elevação expressiva na despesa per capita com cultura e meio ambiente, passando de R\$ 1 em 2019 para R\$ 51 em 2023. O município apresentou oscilação entre 2020 (R\$ 8), 2021 (R\$ 3) e 2022 (R\$ 8), antes do salto final. A RI do Guamá também cresceu de R\$ 46 para R\$ 75, enquanto o estado do Pará saiu de R\$ 41 em 2019 para R\$ 71 em 2023. A retomada do crescimento após 2021 é visível nos três níveis, com Igarapé-Açu mostrando maior intensidade relativa (Gráfico 21).

Esse comportamento revela um reposicio-

namento do município quanto à valorização de políticas ambientais e culturais, após anos de baixa alocação orçamentária. O aumento expressivo entre 2022 e 2023 pode refletir programas específicos ou repasses extraordinários. Apesar do avanço, o histórico de baixo investimento indica a necessidade de continuidade e planejamento estratégico para consolidar políticas públicas nas áreas ambiental e cultural. A manutenção de investimentos regulares favorece impactos sustentáveis e permanentes para a população (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



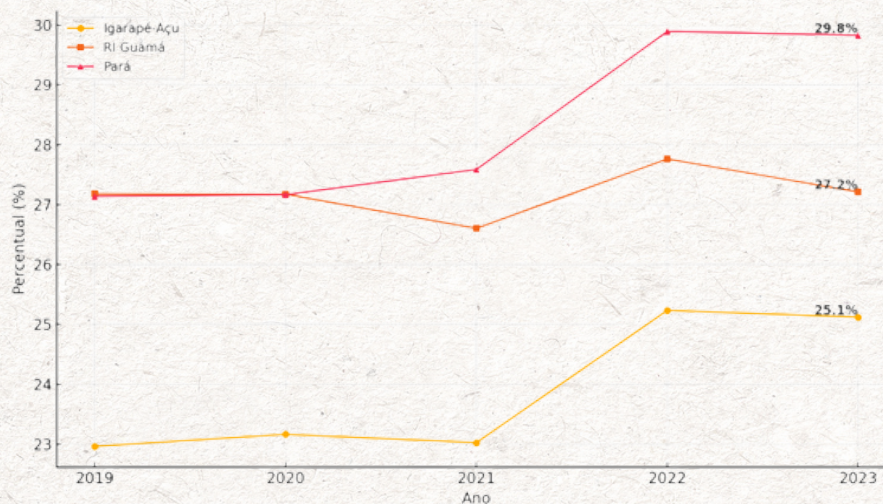
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Igarapé-Açu, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo apresentou leve variação entre 2019 e 2021, saindo de 22,9% para 23,0%. A partir de 2022, observou-se um crescimento mais expressivo, atingindo 25,3%, seguido de pequena queda para 25,1% em 2023. A RI do Guamá teve comportamento relativamente estável, oscilando de 27,2% (2019 e 2020) para 26,7% (2021) e voltando a 27,2% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, teve o maior aumento: de 27,2% em 2019 para 29,8% em 2023 (Gráfico 22).

Apesar de estar abaixo da média regional e

estadual, o aumento no município entre 2021 e 2022 indica retrocessos na gestão de resíduos sólidos em comunidades vulneráveis. A prática de queima ou enterramento de lixo está diretamente associada à ausência ou deficiência de serviços públicos de coleta regular e adequada. Essa realidade impacta negativamente o meio ambiente e a saúde pública, exigindo medidas urgentes de universalização da coleta domiciliar, especialmente em áreas periféricas e rurais. Campanhas de conscientização ambiental e melhorias na infraestrutura são fundamentais para reverter essa tendência (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

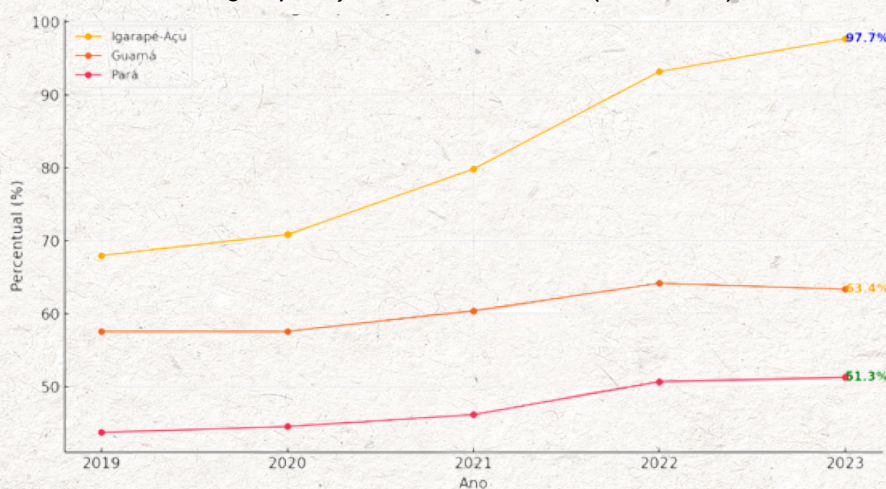
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Igarapé-Açu apresenta um cenário alarmante: o percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar subiu de 68,2% em 2019 para 97,7% em 2023. O avanço foi constante: 71,0% (2020), 80,2% (2021), 93,3% (2022) e culminando em 97,7% no último ano. A RI do Guamá seguiu com crescimento mais moderado, de 57,8% em 2019 para 63,4% em 2023. O estado do Pará teve evolução semelhante à RI, saindo de 43,3% para 51,3% no período (Gráfico 23).

O dado evidencia grave déficit estrutural

no saneamento básico de Igarapé-Açu, afetando diretamente a saúde e qualidade de vida da população mais vulnerável. A disparidade em relação à média estadual (mais de 46 pontos percentuais) revela uma situação crítica e desigual. Esse cenário exige políticas emergenciais e estruturantes de saneamento, com foco na universalização do serviço e substituição de fossas rudimentares por soluções seguras e ambientalmente adequadas. A priorização desse tema é urgente e estratégica para o desenvolvimento local sustentável (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 97,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

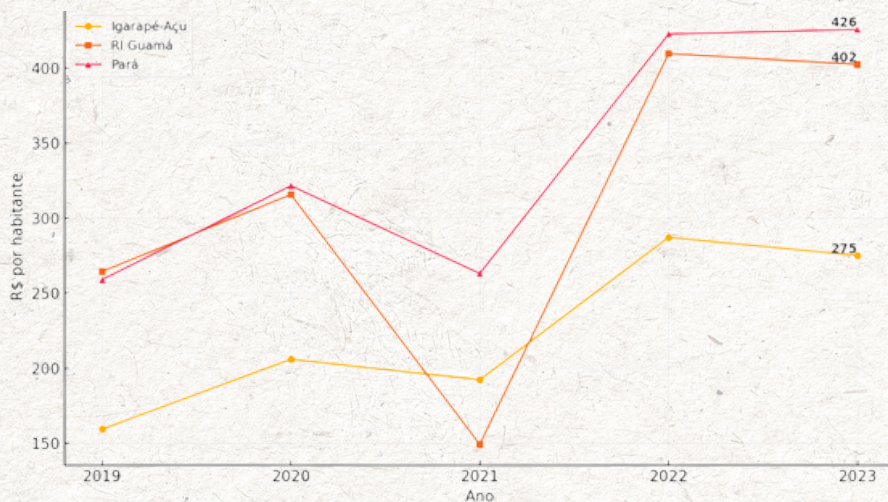
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Igarapé-Açu, os gastos per capita com prevenção de desastres subiram de R\$ 159 em 2019 para R\$ 275 em 2023, com pico em 2022 (R\$ 287). Houve aumento até 2020 (R\$ 206), queda em 2021 (R\$ 192) e um salto expressivo em 2022, antes da leve retração. A RI do Guamá teve padrão semelhante: R\$ 267 (2019), R\$ 319 (2020), forte recuo em 2021 (R\$ 149), e posterior alta para R\$ 411 (2022) e R\$ 402 (2023). Já o estado do Pará, partindo de R\$ 260 em 2019, também oscilou, caindo em 2021 para R\$ 263 e alcançando R\$ 426 em 2023 (Gráfico 24).



Essas variações evidenciam uma priorização mais recente do tema, especialmente após 2021, possivelmente impulsionada por eventos climáticos extremos ou diretrizes federais. Igarapé-Açu, embora ainda abaixo da média estadual, mostra comprometimento crescente com ações de resiliência e mitigação de riscos. A manutenção e ampliação desses investimentos são essenciais diante da maior frequência de desastres naturais. A eficiência dessa aplicação, contudo, depende de planos bem estruturados, monitoramento contínuo e participação comunitário (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 275/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

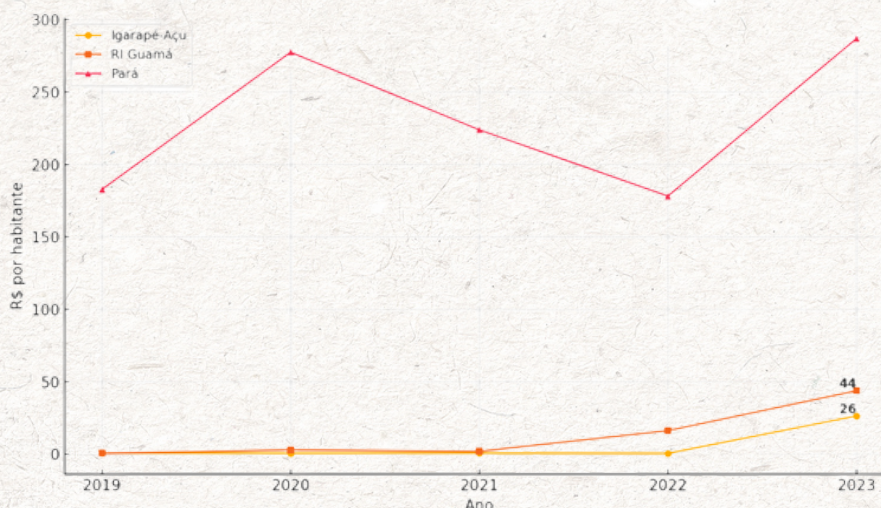
Despesa per capita com preservação aquática

A despesa per capita com preservação aquática em Igarapé-Açu cresceu de apenas R\$ 0,25 em 2019 para R\$ 26 em 2023, com salto expressivo entre 2022 e 2023. O indicador permaneceu praticamente estagnado até 2021, com leves variações: R\$ 2,3 (2020) e R\$ 1,1 (2021). Em 2022, ainda era baixo (R\$ 0,7), o que contrasta fortemente com o avanço observado no ano seguinte. Na RI do Guamá, os valores foram mais altos: R\$ 0 (2019), R\$ 3,5 (2020), R\$ 1,5 (2021), R\$ 17,3 (2022) e R\$ 44 (2023). O estado do Pará manteve os maiores valores, com destaque para 2020 (R\$ 278) e 2023 (R\$ 287) (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 26/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

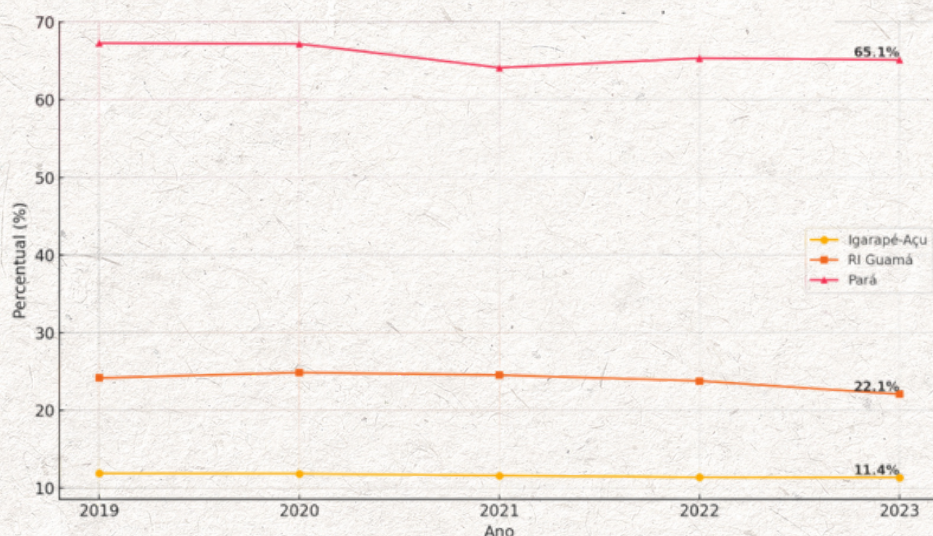
Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Igarapé-Açu, o percentual de área de floresta em relação à área total manteve-se praticamente estável, com pequena queda de 11,8% em 2019 para 11,4% em 2023. A RI do Guamá apresentou variação mais significativa, de 24,4% (2019) para 22,1% (2023), evidenciando uma tendência de perda florestal. O estado do Pará, com maior cobertura florestal, oscilou entre 67,5% em 2019 e 65,1% em 2023, indicando uma redução de mais de dois pontos percentuais. Esses números demonstram que, apesar de menor proporção florestal, o município e sua região enfrentam redução relativa da vegetação nativa (Gráfico 26).

Essa estabilidade superficial pode mascarar a fragmentação do território florestal e a pressão crescente sobre os remanescentes, especialmente em áreas de expansão agropecuária ou urbana. A conservação florestal exige não apenas manutenção de percentual, mas conectividade ecológica e controle de ocupações irregulares. Igarapé-Açu deve ampliar ações de reflorestamento e gestão territorial integrada, alinhando-se a políticas estaduais de preservação. A valorização da floresta como ativo ambiental e econômico é fundamental para conter a tendência de degradação (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

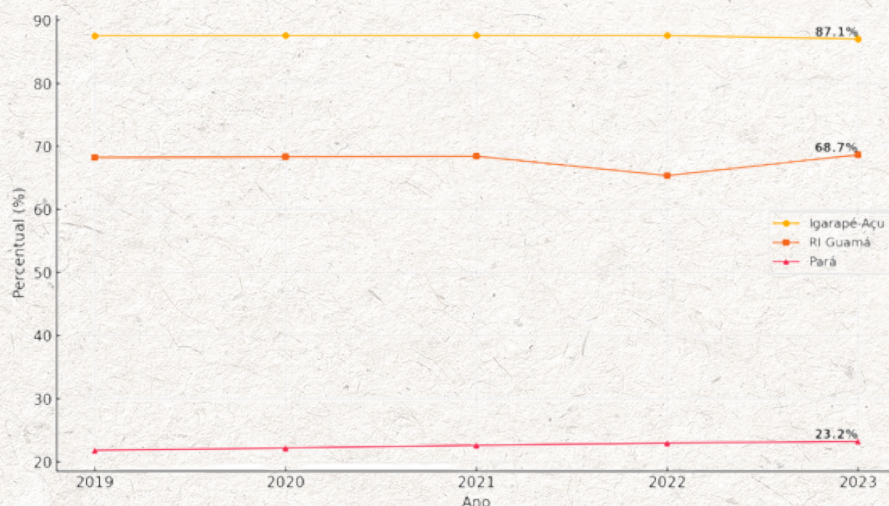
Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Igarapé-Açu possui um dos maiores percentuais de área desmatada da série: 87,1% em todos os anos de 2019 a 2023, demonstrando um território já profundamente alterado. A RI do Guamá manteve níveis também elevados, embora ligeiramente menores: 68,4% em 2019 e 68,7% em 2023, com leve queda em 2022 (65,5%). O estado do Pará apresentou percentuais significativamente menores, de 21,6% (2019) a 23,2% (2023), revelando contraste entre as realidades locais e estadual. Isso indica que o município está em estágio muito mais avançado de conversão de vegetação nativa do que o restante do estado (Gráfico 27).

Essa situação aponta para desafios ambientais severos, como erosão do solo, perda de biodiversidade e maior vulnerabilidade a eventos climáticos extremos. Em contextos como esse, a recuperação ambiental passa a ser prioritária, com políticas de recomposição florestal, incentivo a práticas agroecológicas e zoneamento ambiental. A superação dessa condição demanda articulação entre poder público, comunidades locais e produtores. A meta deve ser transformar o uso do solo em um sistema equilibrado entre produção, conservação e bem-estar social (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 87,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

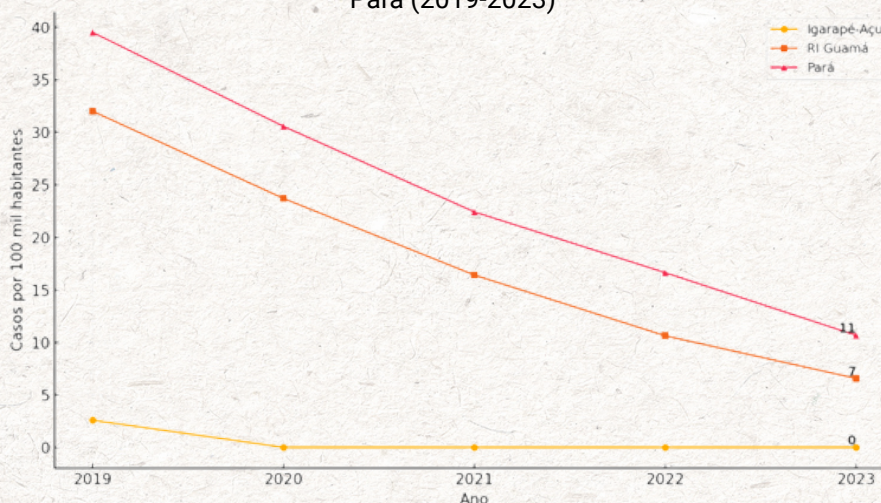
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Igarapé-Açu, o indicador de trabalho infantil caiu de 2,8 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 0,0 a partir de 2020, permanecendo zerado até 2023. Esse resultado indica uma possível erradicação do trabalho infantil registrado oficialmente no município durante o período. A RI do Guamá mostrou queda constante de 32,2 (2019) para 7,1 (2023), e o estado do Pará teve redução de 39,4 para 11,0. Ambas as esferas demonstram avanços expressivos na redução do problema (Gráfico 28).

A trajetória de queda consistente pode ser atribuída a políticas públicas de combate à exploração infantil, fiscalização mais eficaz e programas de inclusão social e escolar. No entanto, é necessário considerar a possibilidade de subnotificação, sobretudo em áreas rurais. Mesmo com o dado zerado, ações contínuas de monitoramento, educação e proteção social devem ser mantidas. A manutenção desse indicador em zero deve ser acompanhada de verificação qualitativa das condições de infância no município (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

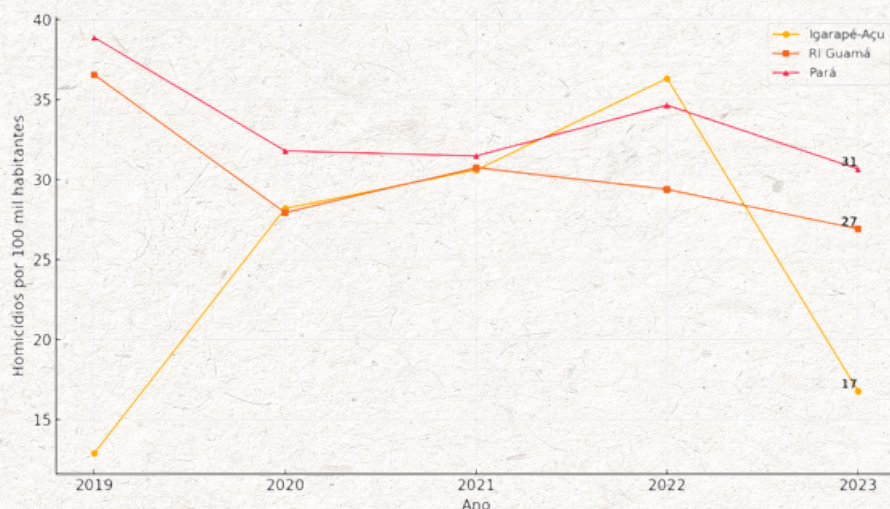
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Igarapé-Açu, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes oscilou bastante no período, saindo de 13,0 em 2019, atingindo um pico de 36,3 em 2022, e recuando para 17,0 em 2023. A RI do Guamá iniciou com 36,6 em 2019 e apresentou redução gradual até 27,1 em 2023. Já o estado do Pará apresentou leve oscilação, com 38,8 em 2019 e 30,7 em 2023, mantendo patamar elevado e mais estável. O município, portanto, teve um surto de violência letal entre 2021 e 2022, revertido no último ano (Gráfico 29).

A queda acentuada em 2023 é positiva,

mas o histórico recente de aumento exige atenção das autoridades de segurança pública e gestores locais. Fatores como conflitos interpessoais, tráfico ou ausência de políticas preventivas podem estar por trás da elevação anterior. A retomada de políticas de pacificação, fortalecimento da polícia comunitária e redes de proteção social podem contribuir para consolidar a tendência de queda. É fundamental que o município busque estratégias integradas para reduzir de forma estrutural os homicídios (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



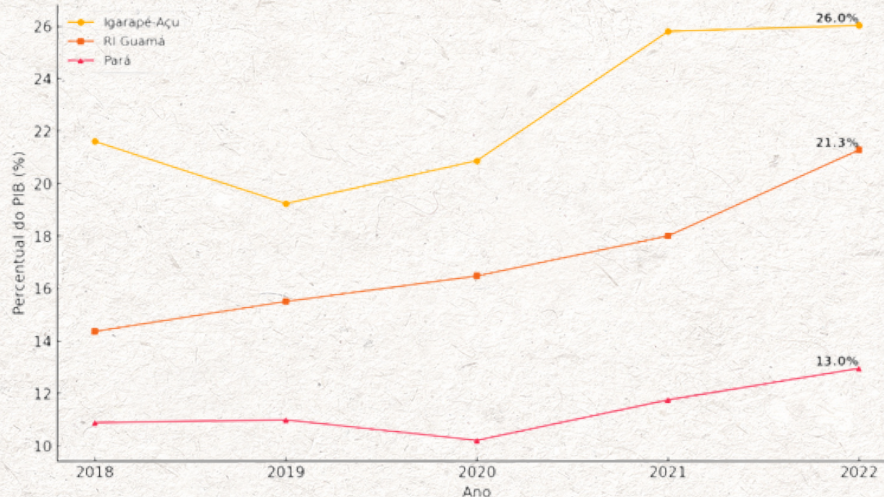
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de Igarapé-Açu apresentou oscilação nos gastos públicos em relação ao PIB entre 2018 e 2022. Em 2018, o percentual era de 21,7%, caindo para 19,3% em 2019. A partir de 2020 houve retomada, com 20,9%, seguido por uma elevação mais acentuada em 2021 (25,9%) e estabilização em 2022 com 26,0%. A Região de Integração do Guamá também apresentou crescimento contínuo, saindo de 14,4% em 2018 para 21,3% em 2022. Já o estado do Pará teve um crescimento mais modesto, partindo de 10,9% em 2018 e chegando a 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

Esse comportamento evidencia que Igarapé-Açu tem alocado uma proporção cres-

cente de sua produção econômica em despesas públicas, o que pode refletir maior investimento em políticas públicas ou expansão administrativa. O crescimento na RI Guamá também sinaliza um movimento regional de ampliação do gasto público. O Pará, por sua vez, mantém padrão de crescimento mais contido, sugerindo maior estabilidade orçamentária em escala estadual. A elevação de Igarapé-Açu deve ser acompanhada de análise da qualidade do gasto e da sustentabilidade fiscal. Esse contexto reforça a importância do controle financeiro diante da expansão do setor público municipal (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

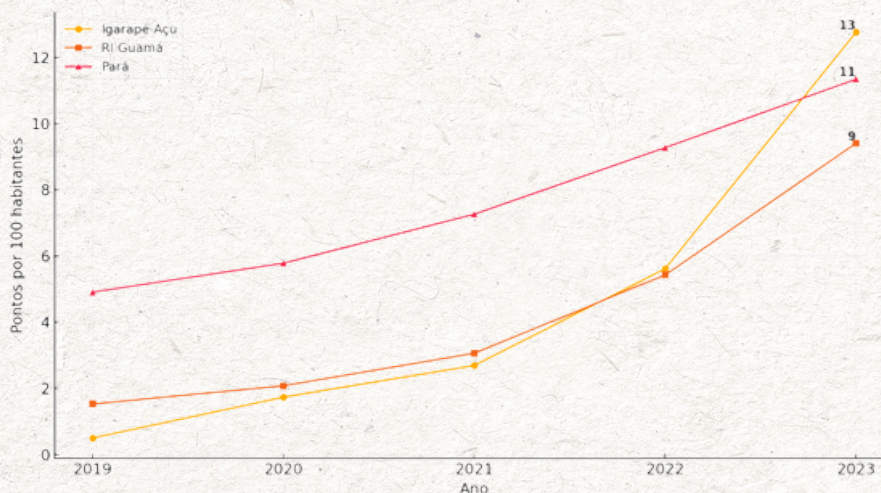
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

A taxa de acesso à banda larga fixa por 100 habitantes em Igarapé-Açu evoluiu significativamente entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava apenas 0,5 ponto por 100 habitantes, subindo para 1,7 em 2020, 2,7 em 2021 e alcançando 5,6 em 2022. O salto expressivo ocorreu em 2023, atingindo 13 pontos por 100 habitantes. A RI Guamá seguiu trajetória semelhante, partindo de 1,5 em 2019 e alcançando 9 pontos em 2023. Já o Pará, com desempenho superior, subiu de 4,9 para 11 pontos no mesmo intervalo (Gráfico 31).

A evolução positiva do indicador demonstra a-

vanços relevantes na infraestrutura digital em Igarapé-Açu e na região. O município ultrapassou tanto a média da RI Guamá quanto se aproximou da média estadual, indicando possível investimento público ou privado na expansão da conectividade. O acesso à internet fixa é essencial para políticas educacionais, inclusão digital, e serviços públicos modernos. Essa tendência positiva, se mantida, pode favorecer o desenvolvimento local. Contudo, ainda é necessário expandir a cobertura para áreas mais remotas e melhorar a qualidade do serviço oferecido (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

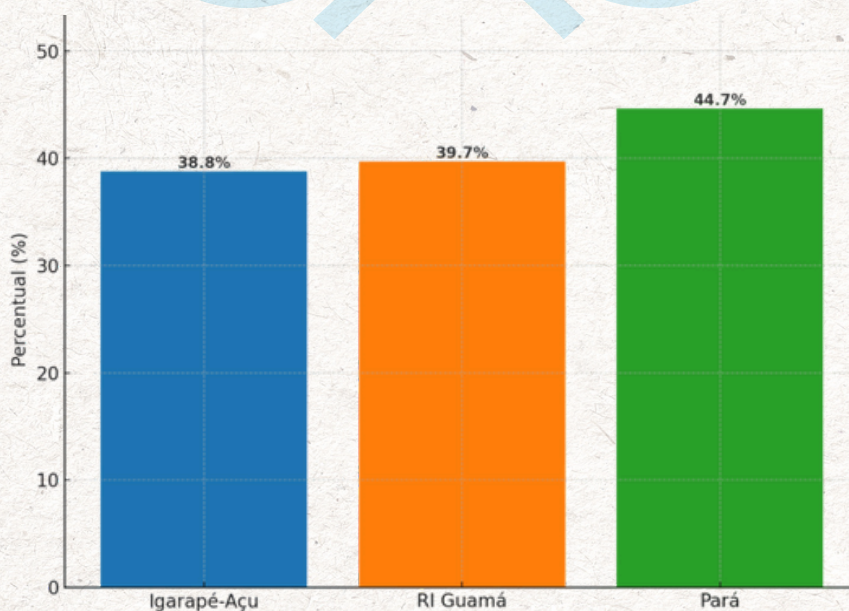
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Igarapé-Açu** registrou um IDS de **38,8%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Igarapé-Açu x RI Guamá x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Igarapé-Açu na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Igarapé-Açu e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

